



SINDICATO DOS TRABALHADORES

de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e
ACTIVIDADES DIVERSAS

(Antigo Sindicato dos Contínuos e Porteiros, fundado em 1/11/41)

STAD

SEDE NACIONAL: Rua de S. Paulo, Nº 12 -1º -1200-428 LISBOA - Tifs: 21-3463756 21-3475596/9 / Fax: 21-3475590
E-mail - stad_nacional@stad.pt Página www.stad.pt

FILIADO:

Em Portugal, na CGTP- IN e FEPCES e, internacionalmente, na UNI-EUROPA E UNI-GLOBAL

A TODOS OS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO SECTOR DA VIGILÂNCIA PRIVADA

POSIÇÃO DO STAD

SOBRE

A EMISSÃO DA CIRCULAR Nº.03/SP/2017 DA PSP CARTÃO PROFISSIONAL – GUIAS DE SUBSTITUIÇÃO

**PODE O DSP-PSP EXIGIR ÀS EMPRESAS DE VIGILANCIA PRIVADA
O DESPEDIMENTO DE UM TRABALHADOR? NÃO, NÃO PODE!**

O **STAD** já requereu ao **DPS-PSP** a suspensão imediata desta
circular. No dia 1. Setembro vai haver uma reunião com o
DPS-PSP, a pedido do **STAD**, para debater esta matéria.

COLEGA

O **D.S.P.** da **PSP** emitiu recentemente a circular Nº.03/SP/2017 referente às guias de substituição do Cartão Profissional dos trabalhadores Vigilantes. O que diz esta circular? Vamos transcrevê-la seguidamente na íntegra:

ASSUNTO: CARTÃO PROFISSIONAL – GUIAS DE SUBSTITUIÇÃO

Referências:

- Lei n.º 34/2013, de 16 de maio – Lei de segurança privada

Na janela temporal 2010-2013, atendendo à demora na produção e distribuição do cartão de acesso à profissão regulada de pessoal de segurança privada (que engloba o pessoal de vigilância e os diretores de segurança), optou este Departamento pela emissão de títulos provisórios (guias) de substituição. Tais guias revestiram o formato de 3 modelos distintos, que se anexam.

Garantindo o Departamento a entrega do cartão profissional de pessoal de segurança privada no prazo máximo de oito (8) dias (desde que o processo de emissão/renovação se encontre devidamente instruído pelo requerente), a existência das guias revela-se desnecessária e, actualmente, sem valor legal.

Assim, para todos os efeitos legais, informa-se que, a partir do próximo dia 01 de Setembro de 2017, as guias de substituição deixam de ser consideradas válidas para efeito de credenciação do seu titular como pessoal de segurança privada, tendo de ser requerida a emissão de cartão profissional, sob pena de prática do crime de exercício ilegal da atividade de segurança privada.

As empresas e entidades (titulares de alvará ou de licença de auto-proteção), a partir da mesma data, devem proceder à demissão de qualquer pessoa que não disponha de cartão profissional, ainda que possua guia de substituição.

O DIRETOR NACIONAL ADJUNTO

Manuel Augusto Magina da Silva

Superintendente-Chefe

300 35-01 | Segurança Privada
CIRCULAR
N.º 03/SP/2017
09-08-2017
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DIRECÇÃO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PRIVADA



COMPANHEIRO E COMPANHEIRA

O STAD, ao conhecer o conteúdo desta circular, estudou-a atentamente e de imediato tomou a seguinte posição, através de um ofício já enviado ao D.S.P da PSP:

1. As Guias de Substituição emitidas pela PSP têm inteira validade até serem substituídas pelo Cartão Profissional a que dizem respeito;
2. Que o D.S.P da PSP não detém qualquer poder ou competência para exigir a “demissão” de qualquer trabalhador de uma empresa de Vigilância Privada, mas somente o de proibir ao trabalhador o exercício de funções porque não está habilitado a exercer-las. Ou seja, obviamente **NÃO** pode exigir a uma empresa o despedimento de qualquer trabalhador;
3. Que, compreendendo totalmente a importância da situação que o D.S.P da PSP coloca, mas devido à gravidade da situação, em especial, à solução que apresenta, quer dizer, o despedimento do trabalhador, que é inaceitável e impossível, o STAD entende que o D.S.P./PSP deve suspender de imediato a aplicação desta circular;

CAMARADA

Ou seja, o STAD apoia e subscreve a grande preocupação D.S.P da PSP, quer dizer, de haver pessoas a fazer a função de VIGILANTES sem estarem devidamente credenciados com o Cartão Profissional – isso não pode suceder!

Porém, a solução **NÃO PODE SER** o de exigir à empresa de Vigilância Privada o despedimento do trabalhador!

COMPANHEIRO E COMPANHEIRA

Todos nós sabemos as artimanhas que muitas empresas utilizam para despedir trabalhadores que ousam exigir os seus direitos!

Perante esta situação, se a solução fosse a que o D.S.P da PSP preconiza, muitas dessas empresas, neste momento, estariam a esfregar as mãos de contentes porque, assim, seguindo a sua estratégia, fariam o despedimento do trabalhador e iriam sempre argumentar que esse despedimento foi por exigência do D.S.P da PSP! **JAMAIS** isso pode suceder!!!

AMIGO E AMIGA

Vamos agora aguardar pela posição oficial do D.S.P da PSP à posição tomada pelo STAD e pela realização da reunião (solicitada pelo STAD) que se vai realizar em 1. Setembro para debater profundamente esta matéria.

Em seguida, transmitiremos aos trabalhadores toda a informação bem como as orientações do STAD que os trabalhadores devem seguir relativamente a este processo.

Porém, se entretanto algum trabalhador for despedido abusivamente pela sua entidade patronal, conforme a exigência feita às empresas de Vigilância Privada pelo D.S.P da PSP nesta circular, deve imediatamente dirigir-se ao STAD para que a sua situação seja tratada prontamente por este sindicato.

NO STAD, OS TEUS DIREITOS E OS TEUS INTERESSES SERÃO DEFENDIDOS!

STAD – O SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO SECTOR DA VIGILÂNCIA PRIVADA - SINDICALIZA-TE!